DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 16.391 João Pessoa - Terça-feira, 13 de Junho de 2017 Preço: R$ 2,00

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 10.910, DE12 DEJUNHO DE 2017.
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO

Fixa o percentual para revisão geral anual do vencimento dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
Faz saber que a Assembleia Legislativa decreta, e eu, em razão da sanção tácita, nos termos do § 1º do Art. 196 da Resolução nº 1.578/2012 (Regimento Interno) c/c o § 7º do art. 65, da Constituição Estadual, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o percentual de 6,3% (seis vírgula três por cento) para a revisão geral do vencimento dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, para o exercício de 2017, na forma do art. 1º da Lei Estadual nº 9.788/2012, implementados da seguinte forma:

I - 4,0% (quatro por cento) retroativo a 1º de janeiro de 2017; e

II – 2,3% (dois vírgula três por cento), não cumulativo, a partir de 1º de setembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "**Casa de Epitácio Pessoa",** João Pessoa,12de junho de 2017.

GERVÁSIO MAIA
Presidente

LEI Nº 10.911, DE 12 DE JUNHO DE 2017.
AUTORIA: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Fixa o percentual para revisão geral anual dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo Estadual.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
Faz saber que a Assembleia Legislativa decreta, e eu, em razão da sanção tácita, nos termos do § 1º do Art. 196 da Resolução nº 1.578/2012 (Regimento Interno) c/c o § 7º do art. 65, da Constituição Estadual, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o percentual de 3% (três por cento) para revisão geral dos vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, para o exercício de 2017, na forma do art. 29 da Lei nº 10.259, de 2014.

Art. 2º Os efeitos desta Lei são retroativos a 1º de março de 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "**Casa de Epitácio Pessoa",** João Pessoa,12 de junho de 2017.

GERVÁSIO MAIA
Presidente

LEI Nº 10.912 DE 12 DE JUNHO DE 2017.
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA-REFIS/IPVA e altera as Leis nºs 5.127, de 27 de janeiro de 1989, 6.379, de 02 de dezembro de 1996, 8.427, de 10 de dezembro de 2007, 8.445, de 28 de dezembro de 2007, 9.170, de 29 de junho de 2010 e 10.094, de 27 de setembro de 2013, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores REFIS/IPVA, destinado a dispensar ou reduzir multas e juros, relativos aos débitos do IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, observado o disposto nesta Lei e nas demais normas previstas na legislação tributária estadual.

§ 1º O crédito tributário será consolidado na data do pagamento à vista ou da 1ª (primeira) parcela, compreendendo o valor do tributo com todos os acréscimos legais previstos na legislação tributária estadual vigente, tendo como referência a data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º Poderão ser incluídos no programa os valores espontaneamente denunciados pelo sujeito passivo à repartição fazendária, relacionados aos fatos geradores do IPVA ocorridos até a data prevista no "caput" deste artigo, observado o disposto no § 3º.

§ 3º Para efeitos do disposto no § 2º deste artigo, poderão ser pagos os débitos relacionados a fatos geradores do IPVA, de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado ou cancelado por falta de pagamento.

§ 4º O Programa de Recuperação Fiscal do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA-REFIS/IPVA será concedido por cada veículo automotor, podendo o proprietário aderir a mais de um REFIS/IPVA.

Art. 2º O sujeito passivo, para usufruir os benefícios do Programa, deverá fazer a adesão ao mesmo, no período de 1º de junho de 2017 a 31 de julho de 2017, cuja formalização será feita com o pagamento à vista ou da 1ª (primeira) parcela.

Art. 3º A adesão ao REFIS/IPVA ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, de forma cumulativa:

I - pagamento do valor integral do débito à vista ou, em caso de parcelamento, da 1ª (primeira) parcela até o dia 31 de julho de 2017;

II - confissão irrevogável e irretratável dos respectivos débitos, bem como concordância expressa com a execução de garantias ou conversão em renda de depósitos judiciais existentes, em caso de perda do parcelamento concedido nos termos desta Lei;

III - desistência expressa e irrevogável de:

a) eventuais impugnações, defesas e recursos existentes no âmbito administrativo;

b) ações judiciais, com a renúncia ao direito sobre o qual se fundamentam, igualmente à renúncia a verbas sucumbenciais, inclusive honorários advocatícios, em desfavor do Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Para atendimento ao disposto na alínea "b" do inciso III do "caput" deste artigo, o sujeito passivo deverá protocolizar requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pagamento integral à vista ou da 1ª (primeira) parcela, na hipótese de parcelamento.

Art. 4º Os créditos tributários consolidados relacionados com o IPVA poderão ser reduzidos da seguinte forma:

I - 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, no pagamento à vista;

II - 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício e de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora, no pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas;

III - 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício e de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora, no pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas;

IV - 40% (quarenta por cento) das multas de mora e de ofício e de 20% (vinte por cento) dos juros de mora, no pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º As reduções de que tratam este artigo não serão cumulativas com outras reduções previstas em lei.

§ 2º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas, de juros de mora ou de encargos legais previstos em outras legislações, prevalecerão os percentuais de redução constantes nesta Lei, aplicados sobre o saldo relativo aos respectivos valores originais.

§ 3º O contribuinte que optar por parcelar o valor devido deverá recolher a 1ª (primeira) parcela até a data prevista no inciso I do "caput" do art. 3º desta Lei, ficando as demais a serem pagas nos meses subsequentes até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da adesão até o mês anterior ao do pagamento, acrescidos de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

Art. 5º O débito, consolidado nos termos do § 1º do art. 1º, objeto do parcelamento, será dividido pelo número de parcelas que forem indicadas pelo sujeito passivo, conforme disposto no art. 4º desta Lei, não podendo cada parcela mensal ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais) por veículo automotor.

Art. 6º O parcelamento a que se refere esta Lei será extinto na hipótese de inadimplência pelo sujeito passivo por 90 (noventa) dias de qualquer uma das parcelas, de 2 (duas) parcelas consecutivas ou 3 (três) alternadas, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único. Após a extinção do parcelamento, o sujeito passivo perderá o direito aos benefícios autorizados nesta Lei, devendo ser realizada a recomposição do valor total anterior ao pagamento ou início do parcelamento e exigibilidade imediata da totalidade do crédito remanescente não pago.

Art. 7º A exclusão do sujeito passivo do parcelamento a que se refere esta Lei independerá de comunicação prévia.

Art. 8º No caso de opção pelo parcelamento ficarão suspensas as pretensões punitivas do Estado, previstas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, operando-se a extinção da punibilidade ao término do pagamento dos débitos consolidados e a liberação dos respectivos gravames e garantias.

Art. 9º A fruição do benefício previsto no art. 1º desta Lei não implica restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 10. A Lei nº 5.127, de 27 de janeiro de 1989, passa a vigorar:

I - com nova redação dada aos §§ 1º e 2º do art. 15-A:

"§ 1º Na hipótese em que o lançamento decorrer de Representação Fiscal será aplicada multa de ofício de 100 % (cem por cento) sobre o valor lançado.

§ 2º O serviço de autorização de emissão de documentos fiscais eletrônicos será suspenso de ofício quando o pagamento da taxa trimestral de utilização de serviços de autorização de documentos fiscais eletrônicos referente ao Código 7.03.10 da TABELA "D" desta Lei não for realizado até o último dia útil do terceiro mês do trimestre de referência.";

II - acrescida do art. 10-A, com a seguinte redação:

"Art. 10-A. A administração da taxa trimestral de utilização de serviços de autorização de documentos fiscais eletrônicos, referente ao Código 7.03.10 da TABELA "D" desta Lei, será de competência da Secretaria de Estado da Receita.

§ 1º O lançamento da taxa de que trata o "caput" deste artigo, não recolhida no prazo legal, será efetuado mediante lavratura de Representação Fiscal pela Secretaria de Estado da Receita.

§ 2º No lançamento de ofício decorrente de Representação Fiscal deverá ser aplicada a multa prevista no § 1º do art. 15-A desta Lei.

§ 3º O Processo Administrativo Tributário decorrente de lançamento constituído por Representação Fiscal será tratado como não contencioso, conforme previsto no art. 51 da Lei nº 10.094, de 27 de setembro de 2013.

§ 4º Transcorridos os prazos regulamentares, os créditos constituídos que não forem extintos ou suspensos deverão ser inscritos em Dívida Ativa do Estado da Paraíba.".

Art. 11. A Lei nº 6.379, de 02 de dezembro de 1996, passa a vigorar:

I - com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) § 8º do art. 3º:

"§ 8º O fato de a escrituração indicar insuficiência de caixa e bancos, suprimentos a caixa e bancos não comprovados ou a manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declarações de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (*private label)* e demais instrumentos de pagamento eletrônico, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis ou de prestações de serviços sem o recolhimento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.";

b) art. 70:

"Art. 70. As instituições financeiras e de pagamento integrantes ou não do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB fornecerão à Secretaria de Estado da Receita, até o último dia do mês subsequente, todas as informações relativas às operações realizadas pelos beneficiários de pagamentos que utilizem os instrumentos de pagamento referentes às transações com cartões de débito, crédito, de loja (*private label*) e demais instrumentos de pagamento eletrônico.

Parágrafo único. Norma do Poder Executivo disporá acerca da apresentação das informações de que trata o "caput" deste artigo.";

c) inciso XI do "caput" do art. 85:

"XI - 20 (vinte) UFR-PB, por cada um dos contribuintes, em relação aos quais a instituição financeira e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, deixar de prestar as informações a que se refere o art. 70 desta Lei, no período fixado na legislação.";

II - acrescida do inciso XII ao art. 88, com a seguinte redação:

"XII - de 1 (uma) UFR-PB por documento, aos que emitirem Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica-NFC-e, modelo 65, de valor igual ou superior ao fixado em Portaria do titular da Secretaria de Estado da Receita, sem inserir o CPF do consumidor, limitado a 20 (vinte) UFR-PB por mês.".

Art. 12. Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Caso o integrante do Grupo de Servidores Fiscais Tributários da Secretaria de Estado da Receita se afaste de suas atividades por mais de 30 (trinta) dias poderá ser designado outro integrante do referido Grupo para exercer a prerrogativa prevista no inciso VI do "caput" deste artigo.".

Art. 13. Fica acrescentado o § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.445, de 28 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"§ 4º Os recursos originários das taxas previstas no inciso V do "caput" do art. 2º desta Lei devem ser excluídos do cálculo do valor reservado para a Escola de Administração Tributária - ESAT, previsto no § 2º deste artigo.".

Art. 14. O inciso III do art. 3º da Lei nº 9.170, de 29 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – protestar extrajudicial a Certidão de Dívida Ativa do Estado da Paraíba de quaisquer créditos tributários e não tributários, em execuções fiscais ou não ajuizadas, conforme previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.".

Art. 15. A Lei nº 10.094, de 27 de setembro de 2013, passa a vigorar:

I - com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) art. 13:

"Art. 13. A impugnação ou recurso apresentado intempestivamente será juntado aos autos pela repartição preparadora, não se tomando conhecimento dos seus termos.

§ 1º A autoridade preparadora deverá lavrar Termo de Revelia e juntar ao processo.

§ 2º O sujeito passivo deverá ser cientificado da lavratura do Termo de Revelia, sendo-lhe facultado o direito de interpor Recurso de Agravo perante o Conselho de Recursos Fiscais, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência.

§ 3º O Recurso de Agravo a que se refere o § 2º deste artigo deverá ser encaminhado ao Conselho de Recursos Fiscais dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado da apresentação do mesmo na repartição preparadora, com as informações da autoridade agravada.

§ 4º Caso o acórdão do Recurso de Agravo seja favorável ao recorrente, a repartição preparadora deverá declarar cancelado o Termo de Revelia e remeter o processo para julgamento na instância competente.

§ 5º O Recurso de Agravo é facultado à parte e tem por finalidade a reparação de erro na contagem do prazo de impugnação ou recurso.";

b) incisos I e II do parágrafo único do art. 24:

"I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II - pelo protesto judicial;";

c) inciso V do art. 41:

"V - a descrição da infração com o respectivo montante tributável;";

d) §§ 1º e 3º do art. 46:

"§ 1º Na hipótese de resultar improfícuo um dos meios previstos nos incisos I, II e III do "caput" deste artigo, a ciência poderá ser feita por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico - DOe-SER, no endereço da Secretaria de Estado da Receita na Internet, observado o disposto no § 3º deste artigo.";

"§ 3º Para efeitos do disposto no inciso II do "caput" deste artigo, a ciência, quando o sujeito passivo não estiver com sua inscrição ativa perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado, deverá ser realizada:

I - no endereço do sócio administrador da empresa;

II - no endereço do representante legal constante no Cadastro de Contribuintes do ICMS, caso a pessoa jurídica não tenha sócio administrador;

III - por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico - DOe-SER, no caso de devolução do Aviso de Recepção (AR) sem lograr êxito na entrega da notificação ou intimação no endereço do sócio administrador da empresa ou do representante legal, nos termos dos incisos I e II deste parágrafo, respectivamente.";

e) § 2º do art. 48:

"§ 2º Ocorrendo a situação em que na autuação figure responsável solidário, corresponsável, intermediário ou interessado, a repartição preparadora deverá encaminhar aos mesmos, por ocasião da intimação do sujeito passivo, cópia da peça base e documentos correlatos, para exercer, facultativamente, o direito de defesa previsto no art. 62 desta Lei.";

f) art. 62:

"Art. 62. A defesa compreende qualquer manifestação do sujeito passivo com vistas a, dentro dos princípios legais, mediante processo, impugnar, apresentar recurso ou opor embargos.";

g) art. 70:

"Art. 70. O julgamento do Processo Administrativo Tributário compete à Gerência Executiva de Julgamento de Processos Fiscais - GEJUP e ao Conselho de Recursos Fiscais - CRF, em primeira e segunda instâncias, respectivamente.";

h) art. 86:

"Art. 86. As ementas dos acórdãos do Conselho de Recursos Fiscais serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico - DOe-SER e o inteiro teor da decisão no "site" da Secretaria de Estado da Receita.";

i) "caput" e § 2º do art. 96:

"Art. 96. Os bens ou mercadorias declaradas abandonadas por decisão administrativa irreformável da Secretaria de Estado da Receita deverão ser destinadas para leilão, doação, incorporação ou destruição.";

"§ 2º O Estado poderá, antes da venda em leilão dos bens ou mercadorias abandonadas, exercer o direito de, nas hipóteses dos incisos:

I - I, II, V e VI do § 3º deste artigo:

a) incorporar a órgãos da administração pública direta ou indireta estadual;

b) doar a órgãos da administração pública direta ou indireta federal ou municipal, dotados de personalidade jurídica de direito público;

c) doar às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

II - III e IV do § 3º deste artigo, doar às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal.";

j) "caput" do art. 101:

"Art. 101. O edital será publicado no Diário Oficial Eletrônico-DOe-SER, no endereço da Secretaria de Estado da Receita na Internet, marcando o local, dia e hora da realização do leilão em primeira e segunda praças, e discriminando os bens ou as mercadorias oferecidas à licitação.";

k) art. 115:

"Art. 115. A regulamentação das mercadorias destinadas a leilão, à incorporação, à doação e à destruição deverá ser editada em Portaria do Secretário de Estado da Receita.".

l) art. 116:

"Art. 116. A Secretaria de Estado da Receita poderá estabelecer parcerias, realizar convênios ou contratar empresas, instituições ou órgãos públicos, objetivando a destruição ou inutilização das mercadorias, observadas, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como a legislação ambiental.

Parágrafo único. A destruição ou inutilização de mercadorias será acompanhada por comissão própria, designada pelo Secretário Executivo de Estado da Receita, integrada por, no mínimo, 3 (três) servidores públicos em exercício na Secretaria de Estado da Receita.";

m) "caput" do art. 141:

GOVERNO DO ESTADO
Governador Ricardo Vieira Coutinho

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

Albiege Lea Araújo Fernandes
SUPERINTENDENTE

Murillo Padilha Câmara Neto
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Gilson Renato de Oliveira
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Lúcio Falcão
EDITOR DO DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO

Fones: 3218-6533/3218-6526 - E-mail: comercialauniaopb@yahoo.com.br

Assinatura: (83) 3218-6518

Anual .... R$ 400,00
Semestral .... R$ 200,00
Número Atrasado .... R$ 3,00

"Art. 141. A Justiça Fiscal Administrativa é instituída para dirimir as controvérsias relativas à interpretação e à aplicação da legislação tributária estadual, assegurando ao sujeito passivo da obrigação tributária o contraditório e ampla defesa nos processos contenciosos que versem sobre tributos estaduais e será exercida:";

n) parágrafo único do art. 144:

"Parágrafo único. O Procurador a que se refere o "caput" deste artigo perceberá, por cada sessão que efetivamente comparecer, 50% (cinquenta por cento) da remuneração do Conselheiro prevista no Regimento Interno do Conselho de Recursos Fiscais.";

o) § 2º do art. 54:

"§ 2º Para efeito do § 1º deste artigo, importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial".

p) inciso III do § 1º do art. 40:

"III – o saldo remanescente de parcelamento cancelado decorrente de confissão espontânea de débito;"

q) caput do art. 157:

"Art. 157. A responsabilidade por infração decorrente do não cumprimento de obrigação tributária será excluída pela denúncia espontânea acompanhada do pagamento do tributo devido e de juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração".

II - acrescida dos seguintes dispositivos, com as respectivas redações:

a) incisos V, VI e VII ao § 1º do art. 40:

"V - o imposto não recolhido decorrente da confissão de débito;

VI - as taxas administradas pela Secretaria de Estado da Receita;

VII - o IPVA cobrado anualmente pela Secretaria de Estado da Receita que não foi extinto ou suspenso na data de vencimento.";

b) parágrafo único ao art. 69:

"Parágrafo único. Considerar-se-á não impugnada e preclusa a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.";

c) art. 69-A:

"Art. 69-A. A mercadoria retida poderá ser liberada mediante depósito do montante integral, na forma prevista no inciso II do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§ 1º O depósito do montante integral deverá corresponder ao valor do ICMS lançado, assim entendido os valores do tributo devido, com os devidos acréscimos legais, calculado no dia de sua efetivação.

§ 2º O valor do depósito do montante integral deverá ser creditado na conta única do Tesouro Estadual, por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAR, em código instituído em portaria do Secretário de Estado da Receita.

§ 3º O depósito do montante integral poderá ser realizado no prazo de apresentação de impugnação ou do recurso voluntário e enquanto o processo estiver em julgamento.

§ 4º Se a decisão em última instância administrativa for:

I - favorável ao contribuinte, o valor atualizado do depósito até a data da decisão será restituído, acrescido de juros de mora, calculados segundo os mesmos critérios adotados pela legislação tributária para pagamento de tributos em atraso, computados a partir da data da efetivação do depósito;

II - desfavorável ao contribuinte, o depósito será convertido em renda e o pagamento se reputa efetuado.";

d) §§ 6º e 7º ao art. 96:

"§ 6º As mercadorias abandonadas sem identificação do sujeito passivo poderão ter a destinação prevista no § 2º deste artigo, imediatamente, após a formalização do processo administrativo tributário, quando se tratar de:

I - semoventes, perecíveis, inflamáveis e explosivos ou outras mercadorias que exijam condições especiais de armazenamento;

II - mercadorias deterioradas, danificadas, estragadas, com data de validade vencida, que não atendam exigências sanitárias ou agropecuárias, ou que estejam em desacordo com regulamentos ou normas técnicas.

§ 7º Na hipótese de bens ou mercadorias aprendidas que estiverem assegurando o valor do crédito tributário exigido e que forem declaradas abandonadas em decisão administrativa irreformável da Secretaria de Estado da Receita e, posteriormente, destinadas à doação, à incorporação ou à destruição, nos termos desta Lei, o citado crédito tributário será declarado extinto.".

III - com os seguintes dispositivos revogados:

a) §§ 5º e 7º do art. 11;

b) art. 89.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

LEI Nº 10.913 DE 12 DE JUNHO DE 2017.
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO

Altera dispositivos da Lei Estadual nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos I e V do artigo 11 da Lei Estadual nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. São subordinadas à Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba as seguintes unidades operacionais administrativas:

I – a Diretoria Especial, integrada por:

Gerência de Primeiro Grau;

Gerência de Eventos e Cerimonial;

Gerência do Telejudiciário;

Assessoria da Diretoria Especial;

Assessoria do Tribunal Pleno;

Assessoria do Conselho da Magistratura.

(...)

V – a Diretoria de Gestão de Pessoas, integrada por:

Gerência de Controle e Acompanhamento;

Gerência de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas;

Gerência de Qualidade de Vida.

(...)"

Art. 2º A Gerência de Capacitação passa a denominar-se Gerência de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores.

Art. 3º O artigo 79 da Lei Estadual nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. São subordinadas à Diretoria da ESMA:

I – a Secretaria;

II – a Assessoria;

III – a Gerência Administrativa e Financeira;

IV – a Gerência Acadêmica;

V – a Gerência de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores."

Art. 4º Fica acrescentada ao Capítulo XVII da Lei Estadual nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010, a seguinte seção:

"Seção IV
Da Gerência de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores

Art. 83-A. À Gerência de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores incumbe:

I – realizar e processar avaliações de desempenho;

II – administrar programas de capacitação e desenvolvimento de pessoas, e elaborar, monitorar e avaliar resultados;

III – fomentar a participação em eventos que facilitem o desenvolvimento de competências funcionais requeridas para o desempenho profissional, estabelecer critérios e certificar participantes;

IV – prestar consultoria interna em gestão de pessoas, inclusive desenvolver e aplicar programas de desenvolvimento de equipes que facilitem a adaptação a mudanças, a redução de conflitos e a integração;

V – captar parcerias que contribuam para a execução de planos de ação de capacitação e desenvolvimento;

VI – planejar, propor e coordenar treinamentos específicos, de forma a manter os técnicos e as respectivas equipes especializadas habilitados e atualizados;

VII – exercer outras atribuições vinculadas às suas funções, determinadas pelo diretor da ESMA."

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as alíneas "c" e "g" do inciso II do artigo 11, e o artigo 34, da Lei Estadual nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 37.437 de 12 de junho de 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.850, de 27 de dezembro de 2016, combinado com o artigo 19, do Decreto nº 37.222, de 24 de janeiro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/738/2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R$ 290.000,00** (duzentos e noventa mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

30.000 – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000.0703.0287- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3190	100	290.000,00
TOTAL			**290.000,00**

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

30.000 – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000.0703.0287- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3390	100	290.000,00
TOTAL			**290.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

AMANDA ARAÚJO RODRIGUES
Secretária de Estado das Finanças

Decreto nº 37.438 de 12 de junho de 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.850, de 27 de dezembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/728/2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R$ 17.093.336,53** (dezessete milhões, noventa e três mil, trezentos e trinta e seis reais, cinquenta e três centavos), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

25.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.302.5007.1838.0287- IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR NA CIDADE DE SANTA RITA	4490	179	17.093.336,53
TOTAL			**17.093.336,53**

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá a conta de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

AMANDA ARAÚJO RODRIGUES
Secretária de Estado das Finanças

Decreto nº 37.439 de 12 de junho de 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 10.850, de 27 de dezembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/726/2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R$ 13.608.255,07** (treze milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, sete centavos), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

25.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.302.5007.1838.0287- IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR NA CIDADE DE SANTA RITA	4490	179	13.608.255,07
TOTAL			**13.608.255,07**

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá a conta de Excesso de Arrecadação da Receita Adicional ICMS do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP, acumulado de janeiro a abril de 2017, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

AMANDA ARAÚJO RODRIGUES
Secretária de Estado das Finanças

Decreto nº 37.440 de 12 de junho de 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.850, de 27 de dezembro de 2016, combinado com o artigo 19, do Decreto nº 37.222, de 24 de janeiro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/736/2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R$ 86.000,00** (oitenta e seis mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

21.000 – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
21.205 – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
23.691.5002.1217.0287- PROMOÇÃO DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DA JUCEP	3390	270	86.000,00
TOTAL			**86.000,00**

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

21.000 – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
21.205 – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
23.122.5002.2485.0287- AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE REGISTROS DE ATOS EMPRESARIAIS	3390	270	56.000,00
	4490	270	30.000,00
TOTAL			**86.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

AMANDA ARAÚJO RODRIGUES
Secretária de Estado das Finanças

DECRETO Nº 37.441 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Dispõe sobre a nova denominação da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Suassuna, localizada no Município de Catolé do Rocha, neste Estado da Paraíba- PB.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e

Considerando as atividades atualmente desempenhadas pela instituição de ensino EEEF João Suassuna que oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio;

D E C R E T A:

Art. 1º A Escola Estadual de Ensino Fundamental João Suassuna fica denominada como Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Suassuna.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.442 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona no município de Parari e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado e tendo em vista o artigo 5º alínea "i" c/c artigo 6° do Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941, com suas posteriores modificações.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriações, cinco faixas de terras, a seguir discriminadas, perfazendo uma área total de 39.420,00m², localizadas na Fazenda Sagrada Família, com limites certos e conhecidos conforme escritura, no município de Pararia-PB, pertencentes a CRISÓSTOMO MATIAS DE QUEIROZ e OUTROS:

I – **Área 1:** com 1.140,00 m², localizadas entre as estacas 457 e 480 de ambos os lados;
II – **Área 2:** com 6.600,00 m²,localizadas entre as estacas 481 e 492 de ambos os lados;
III – **Área 3:** com 1.110,00m², localizada entre as estacas 493 e 496 de ambos os lados;
IV - **Área 4**: com13.800,00m², localizada entre as estacas 497e 520 de ambos os lados; e,
V - **Área 5:** com 16.770,00m², localizada entre as estacas 521 e 560 de ambos os lados.

Art. 2º Os imóveis citados no artigo anterior destinam-se à execução da obra de construção da Rodovia PB-202, Trecho: Parari/Santo André -PB.

Art. 3º São de naturezas urgentes as desapropriações de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse dos imóveis descritos, de conformidade com o disposto no artigo 15 do Decreto –Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Ficam a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba – DER-PB, por sua Assessoria Jurídica, autorizados a promover, em conjunto ou isoladamente, as desapropriações dos imóveis por meios amigáveis ou judiciais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.443 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona no município de Guarabira-PB e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado e tendo em vista o artigo 5º alínea "i" c/c artigo 6° do Decreto-Lei Federal n° 3.365 de 21 de junho de 1941, com suas posteriores modificações.

D E C R E T A:

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma faixa de terras, com respectiva benfeitoria, com uma área total de 250,66 m², localizada na faixa de domínio do Contorno de Guarabira – PB, Trecho: Entroncamento das PB - 057 e PB - 073, entre as estacas 234 e 235, de ambos os lados da rodovia, pertencente ao Sr. ABEL MENEZES LIRA, com as confrontações de acordo com a Escritura Pública.

Art. 2º Esta desapropriação destina-se à execução da obra de construção do Contorno de Guarabira–PB, Trecho: Entroncamento das Rodovias PB-057 e PB-073.

Art. 3º É de natureza urgente a desapropriação de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse do imóvel descrito, de conformidade com o disposto no artigo 15 do Decreto –Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Ficam a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba – DER-PB, por sua Assessoria Jurídica, autorizados a promover, em conjunto ou isoladamente, as desapropriações dos imóveis por meios amigáveis ou judiciais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.444 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Decreto nº 37.237, de 14 de fevereiro de 2017, que concede isenção do ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias e, dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º O § 4º do art. 1º do O Decreto nº 37.237, de 14 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º A isenção do ICMS de que trata este Decreto não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, nem as aquisições de mercadorias e serviços sujeitos ao Regime de Substituição Tributária.".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.445 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Decreto nº 34.754, de 10 de janeiro de 2014, que Regulamenta o Programa Gol de Placa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista a Lei nº 8.567, de 10 de junho de 2008,

D E C R E T A:

Art. 1º O Decreto nº 34.754, de 10 de janeiro de 2014, passa a vigorar:

I – com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) §§ 1º e 2º do art. 2º:

"§ 1º Como medida de inclusão social, fica estabelecido que os cidadãos participantes do Programa Bolsa Família poderão trocar os documentos fiscais por ingressos, com apresentação de Documentos Auxiliares da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica-DANFE-NFC-e ou de cupons fiscais, cujo somatório seja igual ou superior a R$ 20,00 (vinte reais).

§ 2º Cada cidadão participante poderá trocar os DANFE-NFC-e ou os cupons fiscais por 1 (um) ingresso por jogo.";

b) "caput" e §§ 1º e 5º, do art. 3º:

"Art. 3º É considerado válido para participar do Programa Gol de Placa, para fins de troca por ingresso, o DANFE-NFC-e ou o cupom fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), autorizado pela Secretaria de Estado da Receita, e numerado por Contador de Ordem de Operação (COO), decorrente de operação de circulação de mercadoria, realizada por estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba.

§ 1º Serão válidos para participar do Programa Gol de Placa os DANFE-NFC-e ou os cupons fiscais emitidos a partir de 1º de novembro de 2013.";

"§ 5º O documento fiscal ou o conjunto de documentos fiscais apresentados para troca com valor igual ou superior a R$ 20,00 (vinte reais) no caso dos participantes do Programa Bolsa Família, e de R$ 50,00 (cinquenta reais), nos demais casos, dá direito a apenas 1 (um) ingresso.";

c) "caput" e § 1º, do art. 4º:

"Art. 4º O consumidor, no momento da troca dos DANFE-NFC-e ou dos cupons fiscais pelo ingresso, estará manifestando expressamente o seu conhecimento e sua concordância com todos os termos deste Decreto, inclusive, quanto à divulgação gratuita, por qualquer meio, a critério da SEJEL, do benefício recebido e da sua imagem.

§ 1º É reservado à Secretaria de Estado da Receita - SER o direito de utilização das informações fiscais prestadas pelo consumidor para exercer a fiscalização dos estabelecimentos emissores de DANFE-NFC-e ou de cupom fiscal e para fins estatísticos.";

d) § 2º e incisos I e II do § 4º, do art. 5º:

"§ 2º Para cada jogo, os postos de troca deverão cadastrar os cupons fiscais de consumidores finais, pessoa física, ou os DANFE-NFC-e, pessoa física, nos termos de layout disponibilizado pela Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, informando, no mínimo, os seguintes dados:

I – o nome e o CPF do consumidor final, pessoa física;

II – o número do cadastro do Programa Bolsa Família, quando aplicável;

III – os números dos cupons fiscais (COO) ou os números e série dos DANFE-NFC-e, pessoa física;

IV – a inscrição estadual da empresa emissora dos cupons fiscais ou dos DANFE-NFC-e, pessoa física;

V – os valores dos cupons fiscais ou dos DANFE-NFC-e, pessoa física;

VI – a data de emissão do DANFE-NFC-e ou do cupom fiscal.";

"I - cadastrar os DANFE-NFC-e ou os cupons fiscais utilizando aplicativo disponibilizado no sítio WEB www.goldeplaca.pb.gov.br;

II - promover o recolhimento dos DANFE-NFC-e ou dos cupons fiscais nos postos de coleta separando-os em lotes de até 100 (cem) documentos;";

II – acrescido do art. 5º-A, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A Ficam definidos para os clubes beneficiários do Programa Gol de Placa os respectivos indicadores percentuais anuais máximos de suas cotas de ingressos, que serão aplicados sobre o valor estabelecido na Lei nº 8.567, de 10 de junho de 2008:

I - clube campeão paraibano: 10,1128% (dez inteiros e um mil, cento e vinte e oito décimos de milésimos por cento);

II - clube vice-campeão paraibano: 8,4173% (oito inteiros e quatro mil, cento e setenta e três décimos de milésimos por cento);

III - demais clubes participantes do Campeonato Paraibano: 44,5901% (quarenta e quatro inteiros e cinco mil, novecentos e um décimos de milésimos por cento), distribuídos em partes iguais entre os beneficiários indicados, no ano em que participarem do mencionado Campeonato;

IV - clubes participantes da Série C do Campeonato Brasileiro: 13,4231% (treze inteiros e quatro mil, duzentos e trinta e um décimos de milésimos por cento), distribuídos em partes iguais entre os beneficiários indicados, no ano em que participarem do mencionado Campeonato;

V - clubes participantes da Série D do Campeonato Brasileiro: 4,7316% (quatro inteiros e sete mil, trezentos e dezesseis décimos de milésimos por cento), distribuídos em partes iguais entre os beneficiários indicados, no ano em que participarem do mencionado Campeonato;

VI - clubes participantes da Copa do Brasil: 9,5829% (nove inteiros e cinco mil, oitocentos e vinte e nove décimos de milésimos por cento), distribuídos em partes iguais entre os beneficiários indicados, no ano em que participarem da Copa do Brasil;

VII - clubes participantes da Copa do Nordeste: 9,1422% (nove inteiros e um mil, quatrocentos e vinte e dois décimos de milésimos por cento), distribuídos em partes iguais entre os beneficiários indicados, no ano em que participarem da Copa do Nordeste.

§ 1º Para a distribuição dos valores referidos nos incisos I e II do "caput" deste artigo, serão consideradas como bases de referências as classificações alcançadas pelos clubes beneficiários do Projeto Gol de Placa na Primeira Divisão do Campeonato Paraibano de Futebol realizado no ano imediatamente anterior ao da fruição do benefício.

§ 2º Os clubes beneficiários do Programa Gol de Placa obrigam-se a apresentar à Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, através de documento formal assinado por seus Presidentes e Tesoureiros, a relação dos seus patrocinadores com a indicação dos respectivos valores de patrocínio.

§ 3º O clube que disputar menos de 4 (quatro) partidas como mandante na Copa do Brasil poderá utilizar até 50% (cinquenta por cento) de sua cota de ingressos desta competição no Campeonato Brasileiro da Série C ou da Série D, podendo utilizá-la em sua integralidade caso não tenha realizado partida como mandante na Copa do Brasil.

§ 4º O clube que disputar menos de 4 (quatro) partidas como mandante na Copa do Nordeste poderá utilizar até 50% (cinquenta por cento) de sua cota de ingressos desta competição no Campeonato Paraibano.".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.446 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Decreto nº 22.196, de 27 de agosto de 2001, que concede isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com automóveis de passageiros, para utilização como táxi, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o Convênio ICMS 53/17,

D E C R E T A:

Art. 1º O Decreto nº 22.196, de 27 de agosto de 2001, passa a vigorar:

I - com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) inciso IV do "caput" e § 3º, do art. 9º:

"IV - conservar à disposição da Secretaria de Estado da Receita, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a guarda de documentos fiscais com os elementos referidos nos incisos anteriores.";

"§ 3º Poderá a Secretaria de Estado da Receita arrecadar as relações referidas neste artigo e os elementos que lhe serviram de suporte, para as verificações que se fizerem necessárias.";

b) art. 10:

"Art. 10. A Secretaria de Estado da Receita poderá, também, condicionar a obtenção do benefício previsto neste Decreto a regras de controle, nos termos do Regulamento do ICMS - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.";

c) art. 11:

"Art. 11. A Secretaria de Estado da Receita poderá, ainda, firmar protocolo com outras unidades da Federação, disciplinando as formas de controle e fiscalização necessárias à sua aplicação.";

d) art. 13:

"Art. 13. O benefício previsto neste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31 de outubro de 2017 (Convênio ICMS 53/17).";

II - acrescido do art. 10-A, com a seguinte redação:

"Art. 10-A. A concessão de isenção do ICMS para aquisição de veículo automotor novo ao taxista será condicionada à comprovação da regularidade da permissão ou autorização para a exploração de serviço de táxi concedido pela Prefeitura Municipal deste Estado.

§ 1º A regularidade da permissão ou autorização deverá ser atestada, individualizadamente, pela Prefeitura Municipal deste Estado onde o taxista requerente exerce sua atividade.

§ 2º Facultativamente, as Prefeituras Municipais do Estado da Paraíba poderão encaminhar à Secretaria de Estado da Receita a relação de beneficiários de permissão ou autorização para a exploração de serviço de táxi em seu respectivo município.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º deste artigo, a relação de beneficiários de permissão ou de autorização para a exploração de serviço de táxi deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior e as alterações e novas permissões ou autorizações de beneficiários, em qualquer mês do ano corrente.

§ 4º Na relação deverá constar o nome e o CPF dos beneficiários de permissão ou de autorização para a exploração de serviço de táxi do município.".

Art. 2º Ficam convalidadas as operações realizadas nos termos do Decreto nº 22.196, de 27 de agosto de 2001, no período entre 1º de abril de 2017 até a data de publicação deste Decreto (Convênio ICMS 53/17).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em relação:

I - às alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I do art. 1º e ao art. 2º, a partir desta publicação;

II - ao inciso II do art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.447 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Regulamento do ICMS - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º O Regulamento do ICMS - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997, passa a vigorar:

I – com nova redação dada aos seguintes dispositivos:

a) § 7º do art. 106:

"§ 7º A cobrança à que se referem as alíneas "g" "h", "i" e "j" do inciso I, as alíneas "c" e "d" do inciso II, do "caput", e os incisos do § 6º, deste artigo, será efetuada, conforme o caso, diretamente nos postos fiscais no momento do ingresso das mercadorias em território paraibano ou nos centros de operações e prestações, por ocasião do tratamento da nota fiscal, com base nas faturas disponibilizadas no "site" da Secretaria de Estado da Receita.";

b) inciso III do "caput" do art. 541:

"III - ao destinatário da mercadoria:

a) na prestação interna, exceto se microempreendedor individual ou produtor rural (Convênio ICMS 132/10);

b) nas prestações interestaduais, na modalidade FOB, para contribuinte com inscrição ativa no Estado da Paraíba na condição de sujeito passivo por substituição tributária.";

c) art. 825:

"Art. 825. Durante a vigência de medida judicial que determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário poderá ser instaurado procedimento fiscal contra o contribuinte destinado a prevenir a decadência, salvo no caso em que a própria medida judicial expressamente impedir a constituição do crédito tributário.

§ 1º Considera-se medida judicial com força para suspender a exigibilidade do crédito tributário:

I – a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

II – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

§ 2º Para efeitos do disposto no "caput" deste artigo, não caberá multa por infração aos casos em que a suspensão da exigibilidade do crédito tributário tenha ocorrido antes do início de qualquer procedimento fiscal a ele relativo.

§ 3º Na intimação que cientificar o sujeito passivo do lançamento do ICMS deverá constar que o crédito tributário ficará suspenso enquanto durar os efeitos da medida judicial.

§ 4º A multa de mora será exigida 30 (trinta) dias após a data do trânsito em julgado da decisão judicial que considerar devido o tributo.

§ 5º Consideram-se cessados os efeitos da medida judicial:

I – pela cassação ou revogação da liminar, a partir da publicação do respectivo acórdão ou despacho;

II – pelo decurso do prazo de vigência da liminar;

III – pela suspensão da execução ou reforma da decisão favorável de primeira ou segunda instância, a partir da publicação do respectivo despacho ou acórdão.

§ 6º O contribuinte poderá recolher o crédito tributário lançado até o prazo estabelecido no § 4º sem a incidência de multa de mora.

§ 7º Na hipótese da medida judicial transitar em julgado favorável ao contribuinte, o crédito tributário será extinto por decisão judicial.

§ 8º Caso haja processo fiscal em tramitação na Secretaria de Estado da Receita relativo à matéria objeto da medida judicial, o contencioso administrativo será encerrado e o crédito tributário deverá ficar suspenso até que os efeitos da medida judicial sejam cessados.

§ 9º Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

§ 10. O crédito tributário não poderá ser inscrito em Dívida Ativa nem ser ajuizada execução fiscal, caso a exigibilidade esteja suspensa por força de medida judicial.";

II – acrescido dos seguintes dispositivos com as respectivas redações:

a) §§ 4º e 5º ao art. 541-A:

"§ 4º Para efeitos do disposto no inciso I do "caput" do art. 541, nas prestações interestaduais em que o imposto incidente sobre o frete, na modalidade FOB, tenha sido pago pelo destinatário em favor do Estado da Paraíba, antes do início da prestação do serviço, fica o remetente das mercadorias desobrigado das exigências previstas no "caput" e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º Na hipótese do § 4º deste artigo, a base de cálculo do imposto não poderá ser inferior à fixada em portaria expedida pelo Secretário de Estado da Receita.";

b) art. 554-A:

"Art. 554-A. As empresas de prestação de serviços de transporte de carga com inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba - CCICMS-PB são consideradas fiéis depositárias:

I – nas condições estabelecidas na legislação tributária estadual, nas operações interestaduais de entrada em território paraibano, de mercadorias e produtos destinados a:

a) contribuinte estabelecido no território paraibano que se encontrar com "bloqueio de fronteira";

b) consumidor final sem retenção da parcela do imposto destinado ao Estado da Paraíba, em conformidade com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015;

c) destinatário sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba - CCICMS-PB, em quantidade e volume que caracterizem o intuito comercial;

d) destinatário previamente cadastrado pela fiscalização nos sistemas de cobrança da Secretaria de Estado da Receita, como sujeito à cobrança antecipada;

II – em outras situações previstas em legislação tributária.

Parágrafo único. Ficam desobrigadas de pararem nos postos fiscais de fronteira as empresas de que trata o "caput" deste artigo, devendo observar o tratamento dado ao Manifesto Eletrônico de Documento Fiscal - MDF-e pelos sistemas de cobrança da Secretaria de Estado da Receita, e demais recomendações estabelecidas na legislação, obrigando-se à condição de fieis depositárias nas operações interestaduais de entrada no Estado, quando:

I - subcontratarem empresas de transporte de cargas inscritas ou não no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba, devendo informar à SER a condição de subcontratante;

II - disponibilizarem seus depósitos às cargas de empresas de serviços de transporte de carga sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba.".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 12 de junho de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.291 DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado e tendo em vista o artigo 5º alínea "i" c/c artigo 6° do Decreto-Lei Federal n° 3.365 de 21 de junho de 1941, com suas posteriores modificações.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriações, os imóveis a seguir descritos, sem benfeitorias:

I – uma faixa de terras com uma área total de 13.203,00 m², localizada na faixa de domínio do Contorno de Guarabira – PB, Trecho: Entroncamento das Rodovias PB - 057 e PB - 073, entre as estacas 25 + 3,70 e 44 + 6,80 de ambos os lados, pertencente ao Sr. RAIMUNDO JERÔNIMO, com as confrontações de acordo com a Escritura Pública;

II – uma faixa de terras com uma área total de 22.329,00 m², localizada na faixa de domínio do Contorno de Guarabira – PB, Trecho: Entroncamento das Rodovias PB - 057 e PB - 073, entre as estacas 0 + 15 e 24 + 4 de ambos os lados, pertencente à Empresa SUPASA – SUINOCULTURA SÃO PAULO SA, representada por LUÍS CARLOS DE PAIVA, com as confrontações de acordo com a Escritura Pública;

III – uma faixa de terras com uma área total de 50.473,00 m², localizada na faixa de domínio do Contorno de Guarabira – PB, Trecho: Entroncamento das Rodovias PB - 057 e PB - 073, entre as estacas 124 + 3,40 a 233 + 15,50 de ambos os lados, pertencente a ROGÉRIO LUNA DE ARRUDA e OUTROS, com as confrontações de acordo com a Escritura Pública.

Art. 2º Os imóveis citados no artigo anterior destinam-se à execução da obra de construção do Contorno de Guarabira–PB, Trecho: Entroncamento das Rodovias PB-057 e PB-073.

Art. 3º São de naturezas urgentes as desapropriações de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse dos imóveis descritos, de conformidade com o disposto no artigo 15 do Decreto –Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Ficam a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba – DER-PB, por sua Assessoria Jurídica, autorizados a promover, em conjunto ou isoladamente, as desapropriações dos imóveis por meios amigáveis ou judiciais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 17 de março de 2017; 129º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Publicado no DOE em 18/03/2017;
Republicado por incorreção.

Ato Governamental nº 1.804 **João Pessoa, 12 de junho de 2017.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso VI, da Constituição do Estado e, de acordo com o § 2º, do Art. 22, do Decreto nº 17.252/1994, alterado pelos Decretos Nºs 18.229/1996; 18.518/1996; 18.861/1997; 19.137/1997; 19.519/1998; 20.846/1999; 25.851/2005; 25.912/2005; 26.340/2005; 26.878/2006; 29.339/2008; 31.584/2010 e 32.388/2011; 33.735/2013 e 34.753/2014.

R E S O L V E nomear **RAMILDO PORTO DE FARIAS E SILVA** para integrar o Conselho Deliberativo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN, na condição de Conselheiro Suplente representante do Banco do Nordeste do Brasil S/A, para o biênio 2017/2019.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração

Portaria nº 004/17 – DEREH **João Pessoa, 12 de junho de 2017**

O DIRETOR EXECUTIVO DE RECURSOS HUMANOS, por delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 2374/GS/SA, datada de 18 de julho de 1988,

R E S O L V E retificar o ato que Concedeu a Licença Especial, objeto do **Processo nº 174.519-1/94**, publicado no D.O.E. edição do dia 17/07/1994, período de 16/06/1976 a 17/06/1991 – 270 dias, para 10/02/1981 a 10/02/1991 - 180 dias e a Licença Especial, objeto do **Processo nº 1417887-7,** publicado no D.O.E. edição do dia 27/12/2001, período de 17/06/1991 a 17/06/2001 - 180 dias, para o período de 11/02/1991 a 11/02/2001 - 180 dias, do servidor **JOÃO STANLEY DE ARRUDA MANGUEIRA**, matrícula **nº 095.444-6**, lotado na Secretaria de Estado da Receita.

Portaria nº 008/17 – DEREH **João Pessoa, 12 de junho de 2017**

O DIRETOR EXECUTIVO DE RECURSOS HUMANOS, por delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 2374/GS/SA, datada de 18 de julho de 1988,

R E S O L V E retificar a pedido, o ato que Concedeu a Anotação de Tempo de Serviço, objeto do **Processo nº 17011989-1/17**, publicado no D.O.E. edição do dia 08/06/2017, período de 01/04/1977 a 15/08/1982 – 1960 dias, para 04/04/1977 a 01/04/1978 - 357 dias, do servidor **EDUARDO MESQUITA GUEDES PEREIRA**, matrícula **nº 082.668-5**, lotado na Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão.

MARIA DAS GRAÇAS AQUINO TEIXEIRA DA ROCHA
Diretor Executivo de Recursos Humanos

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 116 **João Pessoa, 08 de junho de 2017.**

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979,

Considerando o teor do Ofício nº 0136/2017/CG, oriundo do Comando do 10º Batalhão de Polícia Militar, inserto no processo administrativo nº 00016.012569/2017-8, dando conta da conclusão com aproveitamento do CFAT – Curso de Formação de Agentes de Trânsito;

Considerando o que preceitua o artigo 280, § 4º, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro,

RESOLVE:

I - Designar os Policiais Militares abaixo relacionados, para exercerem a função de Agente de Autoridade de Trânsito, com jurisdição sobre o Estado da Paraíba:

520.660-0	ADALIRENO SAMARONI DELGADO DA COSTA
523.457-3	ALESSANDRO CORREIA DOS SANTOS
524.439-1	CLEOMARX DIAS DE SOUZA
527.620-9	TARCISIO BRUNO DE OLIVEIRA E SILVA
517.225-0	LINDINALVA FARIAS DA SILVA
518.657-9	JOAO BATISTA DA SILVA
523.448-4	RODRIGO TORRES BALBINO
524.736-5	LEONARDO DAVID VENCESLAU
521.078-0	JORGE LUIS BORGES SILVA
521.681-8	WAGNER SOUSA CAVALCANTE
522.031-9	ANDRE SANTOS DE LIMA
525.420-5	ARISTÓTELES EMANUEL GUEDES DA SILVA
523.585-5	GLERISTON FERREIRA CARLOS
523.625-8	ADRIANO DOS SANTOS FREITAS
525.080-3	JOSE BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR
525.411-6	EDILSON OLINTO DE OLIVEIRA
526.139-2	IEVERTON MOREIRA DANTAS
526.157-1	FLAVIO PONTES SANTOS
526.772-2	FABRÍCIA OLIVEIRA CANÊJO
523.914-1	FELIPE DO NASCIMENTO LEITE
523.968-1	ALBERTO AGUIAR LACERDA
526.627-1	DAYSE FRANCIELLY OLIVEIRA GUIMARÃES
523.457-3	RICRATE DOS SANTOS
524.443-9	FLAVIO RAFAEL DE HOLANDA NÓBREGA
517.505-4	CARLOS ALBERTO BERNARDINO
519.064-9	MARINEZIO BELMINO DE SOUZA
520.103-9	GEOVANE DA SILVA
523.461-1	ALEX MARINHO DOS SANTOS
523.559-6	ALEXANDRE HENRIQUE DE ANDRADE
523.704-1	EDUARDO BURITI GUEDES
523.748-3	JOSE LUCIO JUNIOR
525.018-8	KLEYTON FELIX PEREIRA
521.250-2	PAULO RONALDO OLIVEIRA DE SOUZA
521.506-4	JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR
522.268-1	DIOGO SILVA SOARES
524.387-4	ADELANDIO DO NASCIMENTO SILVA
524.577-0	ALBERLANDIO NICOLAU FAUSTINO DOS SANTOS
524.735-7	JESSYCA DARLLENE SILVA DE ALMEIDA
524.945-7	JOSE MASCARENHAS MARANHAO DE MACEDO
525.408-6	ANTONIO BATISTA DA ROCHA NETO
525.413-2	LEONARDO BEZERRA DE BARROS
525.427-2	LAERTY SANTOS DA SILVA
525.453-1	DIEGO MOURA GUIMARAES
525.762-0	CARLISVAN BATISTA HONORATO
526.155-4	MARIA ELINAYARA PEREIRA BARROS
526.206-2	FABIO ERICO ALVES CAVALCANTI
526.760-9	CHERLYTON SANTOS DO Ó
526.950-4	NADJA KELLY DIAS NETO
528.327-2	SIDNEY SHELDON SANTANA DE ARAÚJO
528.359-1	JOHN ALLYSSON SOUSA FARIAS

II - Encaminhe-se à CIPAI para conhecimento e providências necessárias e legais.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGAMENON VIEIRA DA SILVA
Diretor Superintendente

PBPrev - Paraíba Previdência

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº. 1612

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº. 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo 4887-17.

RESOLVE

Transferir para a Reserva Remunerada "a pedido" o 2º Sargento PM, **GILBERTO DE BRITO ALVES,** matrícula nº. 515.045-1, conforme o disposto do **"art. 42, § 1º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/1998, c/c os art. 88, inciso I e 89, caput, da Lei nº. 3909/1977; combinado com o artigo 1º, § 1º da Lei nº 4.816, de 03 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 5.278, de 29 de junho de 1990, e pela Lei nº 5.331, de 19 de novembro de 1990 c/c art. 34, caput, da Lei nº. 5.701/1993.**

João Pessoa, 02 de junho de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº. 1613

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº. 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo 4881-17

RESOLVE

Transferir para a Reserva Remunerada "a pedido" o 2º Sargento PM, **EDMILSON PEDRO ONOFRE DE LIMA,** matrícula nº. 516.088-0, conforme o disposto do **"art. 42, § 1º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/1998, c/c os art. 88, inciso I e 89, caput, da Lei nº. 3909/1977; combinado com o artigo 1º, § 1º da Lei nº 4.816, de 03 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 5.278, de 29 de junho de 1990, e pela Lei nº 5.331, de 19 de novembro de 1990 c/c art. 34, caput, da Lei nº. 5.701/1993.**

João Pessoa, 02 de junho de 2017.

Yuri Simpson Lobato
Presidente da PBPrev

Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

EMPRESA PARAIBANA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS AGRÍCOLAS – EMPASA

PORTARIA Nº. 046 **João Pessoa, 12 de Junho de 2017**

O PRESIDENTE DA EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, X, do Estatuto da Empresa.

RESOLVE

Constituir **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA** formada pelos funcionários Kércio da Costa Soares, matrícula nº. 961.493-1– Presidente; Railson Mascena Marques, matrícula nº. 960.811-7 – Membro e Gilmaudo Jacinto de Figueiredo, matrícula nº. 962.260-8 – Membro, para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos relatados na Correspondência Interna, datada de 12/06/2017, do funcionário José Fernandes da Nóbrega.

Gabinete da Presidência da **EMPASA** – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas, em João Pessoa – PB, 12 de Junho de 2017.

JOSÉ TAVARES SOBRINHO
Diretor Presidente

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DA PARAÍBA - FUNCEP

RESENHA Nº 003/FUNCEP/SEPLAG

O Sr. Secretário da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, usando das atribuições que lhe confere os artigos nº 24 e 25 do Decreto nº 25.849, de 28 de abril de 2005, § 3º, art. 13, §1º, art. 15 da Resolução nº 001/2005 FUNCEP e §1º do artigo 28 do Decreto nº 29.463, de 15 de julho de 2008, tendo em vista Relatórios de Tomada de Contas Especial - TCE emitidos pelo setor técnico do FUNCEP notifica os convenentes responsáveis para, no prazo de 30 (trinta) , improrrogável, sanar as irregularidades detectadas.O não atendimento, no prazo acima estabelecido, implicará no prosseguimento dos trâmites previstos na legislação vigente que rege a matéria para as medidas cabíveis no âmbito administrativo e judicial.

Nº PROCESSO TCE	Nº CONV	CONVENENTE	RESPONSABILIDADE	VALOR DO CONVÊNIO	Nº RELATÓRIO-TCE	VALOR DA DEVOLUÇÃO
000503/2017	021/2014	ASSOC. DE CRIATIVIDADE ART. E DESPORTIVA DE DEF.DA PARAIBA-ACARDD	ÚNICA	117.918,00	TCE -001/17	96.695,45

João Pessoa, 09 de junho de 2017.

WALDSON DIAS DE SOUZA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Portaria Nº 546/2017–DPPB/GDPG **João Pessoa, 8 de junho de 2017.**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 18 da Lei Complementar Nº 104, e seus incisos, de 23 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo relacionados,

RESOLVE conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos aos Defensores Públicos, com vigência a partir do dia 1º de julho de 2017, a saber:

JOÃO PESSOA					
CÂMARAS	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
Câmara Criminal	Roberto Sávio de Carvalho Soares	077.095-7	2°P/2017	3255/2016	-0-
	José Celestino Tavares de Souza	059.273-1	2°P/2016	4025/2016	-0-
Tribunal Pleno	Dirceu Abimael de Souza Lima	80.222-1	2°P/2016	0428/2017	-0-
VARA (FAMÍLIA)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
4ª Vara	Maria do Rosário Lima Silva	089.564-4	2°P/2016	0862/2017	Risalba Cavalcanti de Lima
5ª Vara	Ângela Maria Dantas Lufti de Abrantes	073.206-1	2°P/2016	3063/2016	Joana Dark Lacerda
VARA (FAZENDA)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
3ª Vara	Maria dos Remédios Mendes Oliveira	098.173-7	1°P/2016	0867/2017	-0-
5ª Vara	Maria dos Remédios Mendes Oliveira	098.173-7	1°P/2016	0867/2017	-0-
6ª Vara	Francisco de Assis Coelho	109.260-0	1°P/2016	0180/2017	-0-
VARA (CÍVEL)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
4ª Vara	Amaury Ribeiro de Barros Filho	077.304-2	2°P/2016	4141/2016	-0-
6ª Vara	Diana Rangel Picolli	099.926-1	2°P/2016	3694/2016	-0-
7ª Vara	Benedito de Andrade Santana	077.929-6	1°P/2017	0220/2017	-0-
8ª Vara	Diana Rangel Picolli	099.926-1	2°P/2016	3694/2016	-0-
10ª Vara	Maria Eliane Alexandre Albuquerque	073.892-1	1°P/2017	0045/2017	-0-
11ª Vara	Maria Eliane Alexandre Albuquerque	073.892-1	1°P/2017	0045/2017	-0-
12ª Vara	Amaury Ribeiro de Barros Filho	077.304-2	2°P/2016	4141/2016	-0-
17ª Vara	Benedito de Andrade Santana	077.929-6	1°P/2017	0220/2017	-0-
Vara de Feitos Especiais	Francisco Freire de Figueiredo Filho	081.059-2	1°P/2017	1117/2016	-0-
VARA (CRIMINAL)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
1ª Vara	Ricardo José Costa Souza Barros	096.232-5	2°P/2016	0391/2017	-0-
2ª Vara	Hercília Maria Ramos Régis	80.870-9	1°P/2017	0202/2017	-0-
3ª Vara	Fernanda Ferreira Baltar	076.313-6	1°P/2017	0041/2017	-0-
4ª Vara	Paula Reis Andrade	135.002-1	1°P/2016	1326/2017	-0-
7ª Vara	Carlos Roberto Barbosa	063.092-6	2°P/2017	0053/2017	-0-
Vara de Entorpecentes	Cardineuza de Oliveira Xavier	074.380-1	2°P/2017	0008/2017	-0-
Vara de Execução de Penas Alternativas	Josefa Elizabete Paulo Barbosa	063.155-8	2°P/2017	0055/2017	Severino Nunes de Lucena
Centro de Custódia Preventiva	Cardineuza de Oliveira Xavier	074.380-1	2°P/2017	0008/2017	Lycia Maria Pereira do Nascimento
	Vanildo Oliveira Brito	080.246-8	1°P/2017	1884/2017	Syvio Pélico Porto Filho
VARA (INF E JUVENTUDE)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
1ª Inf. Juventude	Berthezene Barros da Cunha Lima Martins	108.843-2	1°P/2016	4277/2017	-0-
2ª Inf. Juventude	Berthezene Barros da Cunha Lima Martins	108.843-2	1°P/2016	4277/2017	-0-
VARAS (MANGABEIRA)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
1ª Vara	Mércia Maria Araújo Lima	118.108-4	1°P/2017	3448/2016	-0-
2ª Vara	José Bernardino Neto	087.094-3	2°P/2016	1362/2017	-0-
4ª Vara	Mércia Maria Araújo Lima	118.108-4	1°P/2017	3448/2016	-0-
JUIZADOS	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
(Centro de Mediação da Família)	Ângela Maria Dantas Lufti de Abrantes	073.206-1	2°P/2016	3063/2016	-0-
Centro de Conciliação Cível	Maria do Rosário Lima Silva	089.564-4	2°P/2016	0862/2017	-0-
2º Juizado Especial Cível	Fernanda Porto de Araújo Lima	094.959-1	1°P/2017	0071/2017	Elenice de França Lemos
VARA (TRIBUNAL DO JÙRI)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
1º Tribunal Júri	Paula Frassinette Henriques da Nóbrega	079.459-7	1°P/2017	0543/2017	-0-
	José Celestino Tavares de Souza	059.273-1	2°P/2016	4025/2016	-0-
2º Tribunal Júri	Paula Frassinette Henriques da Nóbrega	079.459-7	1°P/2017	0543/2017	-0-
GERÊNCIA EXEC PENAS ALTERNATIVAS	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
Gerente Execução de Acomp. Penas	Josefa Elizabete Paulo Barbosa	063.155-8	2°P/2017	0055/2017	-0-
ATENDIMENTO	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
Núcleo de Atendimento	Marizete Batista Martins	90.781-2	2°P/2017	4419/2016	-0-
Coordenação do Júri	Carlos Roberto Barbosa	063.092-6	2°P/2017	0053/2017	-0-
Coordenação de Ações Coletivas	Dirceu Abimael de Souza Lima	80.222-1	2°P/2016	0428/2017	-0-
Prática Jurídica do 6º Juizado da Unipê	Marizete Batista Martins	90.781-2	2°P/2017	4419/2016	-0-
Prática Jurídica do 4º Juizado da Unipê	Francisco Freire de Figueiredo Filho	081.059-2	1°P/2017	1117/2016	-0-
SEDE DA DEFENSORIA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. N°	SUBSTITUTO
Gabinete do Defensor Geral	Lêda Maria Meira	118.455-5	1ºP/2017	1731/2017	-0-
Corregedoria Geral	Charles Gomes Pereira	68.066-4	2°P/2015	1298/2017	-0-
COMARCAS					
BAYEUX	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
1ª Vara	Acrisio Alves de Almeida	127.354-0	2°P/2017	0482/2017	-0-
Juizado	Acrisio Alves de Almeida	127.354-0	2°P/2017	0482/2017	-0-
CABEDELO	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
5ª Vara Mista	Maria Valeriano de Oliveira Marques	73.988-0	2°P/2017	0443/2017	Maria Ângela Amaral Di Lorenzo
Juizado Misto	Reginaldo de Sousa Ribeiro	79.457-1	1ºP/2017	2681/2016	-0-
SANTA RITA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
2ª Vara	Antônio Nery de Luna Freire	80.215-8	1ºP/2017	1966/2017	-0-
CAMPINA GRANDE					
VARA (FAMÍLIA)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
1ª Vara	Maria Auxiliadora de Jesus	102.779-4	2°P/2016	3961/2016	Bruno Romano do Amorim Gaudêncio
2ª Vara	Maria Auxiliadora de Jesus	102.779-4	2°P/2016	3961/2016	-0-
VARA (CÍVEL)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
4ª Vara	Haglay Gleide de Brito Barros	069.695-1	2°P/2016	1113/2017	-0-
7ª Vara	José de Paula Rêgo	090.304-3	2°P/2016	1921/2017	-0-
10ª Vara	José de Paula Rêgo	090.304-3	2°P/2016	1921/2017	-0-
Vara de Feitos Especiais	José Alípio Bezerra de Melo	090.710-3	2°P/2017	3146/2016	-0-
VARA (INF E JUVENTUDE)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
Inf. Juventude	Admilson Villarim Filho	91.285-9	1ºP/2017	0651/2017	-0-
VARA (TRIBUNAL DO JURI)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
2º Tribunal Júri	Álvaro Gaudêncio Neto	073.887-5	1ºP/2016	0299/2017	-0-
VARA (CRIMINAL)	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
1ª Vara	Rosângela Maria de Medeiros Brito	092.147-5	1ºP/2017	1859/2017	-0-
Centro de Custódia Preventiva	Álvaro Gaudêncio Neto	073.887-5	1ºP/2016	0299/2017	-0-
	Rosângela Maria de Medeiros Brito	092.147-5	1ºP/2017	1859/2017	Severino Badú de Araújo
JUIZADOS	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
2º Juizado Especial Cível	Josemara da Costa Silva	127.763-4	1ºP/2017	0090/2017	-0-
Juizado de Violência Doméstica	Josemara da Costa Silva	127.763-4	1ºP/2017	0090/2017	-0-
ATENDIMENTO	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
Núcleo de Atendimento	José Alípio Bezerra de Melo	090.710-3	2ºP/2017	3146/2016	-0-
COMARCAS					
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
	Antônio Nery de Luna Freire	80.215-8	1ºP/2017	1966/2017	-0-
PIRPIRITUBA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
	Paulo Sérgio Lyra Pereira da Silva	82.967-6	1ºP/2016	1923/2017	-0-
REMÍGIO	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
	Ana Paula Miranda dos Santos Diniz	98.802-2	1ºP/2017	3578/2016	-0-
ARARUNA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
1ª Vara Mista	Paulo Sérgio Lyra Pereira da Silva	82.967-6	1ºP/2016	1923/2017	-0-
AREIA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
	Laura Neuma Câmara Bonfim Sales	104.846-5	2ºP/2016	3643/2016	-0-
CAJAZEIRAS	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
1ª Vara	Otávio Neto Rocha Sarmento	127.355-8	2ºP/2016	2051/2017	-0-
3ª Vara	Otávio Neto Rocha Sarmento	127.355-8	2ºP/2016	2051/2017	-0-
CATOLÉ DO ROCHA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
3ª Vara Mista	Terezinha de Jesus M. Ugulino Severo	107.062-2	1ºP/2017	4207/2016	-0-
CUITÉ	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
2ª Vara	Regina Benigna Gadelha V. R. de Barros	77.429-4	2ºP/2016	4140/2016	-0-

GUARABIRA	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	PERÍODO	PROC. Nº	SUBSTITUTO
2ª Vara	Odonildo de Sousa Mangueira	075.156-1	1ºP/2017	0147/2017	-0-
4ª Vara	Odonildo de Sousa Mangueira	**075.156-1**	**1ºP/2017**	**0147/2017**	**-0-**
PEDRAS DE FOGO	**EXERCÍCIO**	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
	Reginaldo de Sousa Ribeiro	79.457-1	1ºP/2017	**2681/2016**	**-0-**
PICUÍ	**EXERCÍCIO**	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
	Maria de Fátima de Azevedo	**102.746-8**	**2ºP/2016**	**3703/2016**	**-0-**
POMBAL	EXERCÍCIO	MATRÍCULA	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
2ª Vara	José Willami de Souza	**098.764-6**	**1ºP/2017**	**0797/2017**	**-0-**
3ª Vara	José Willami de Souza	**098.764-6**	**1ºP/2017**	**0797/2017**	**-0-**
RIO TINTO	EXERCÍCIO	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
	Maria do Rosário Lima	**069.029-5**	**1ºP/2017**	**0197/2017**	**-0-**
SANTA LUZIA	**EXERCÍCIO**	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
1ª Vara Mista	**Admilson Vilarim Filho**	**91.285-9**	**1ºP/2017**	**0651/2017**	**-0-**
SAPÉ	**EXERCÍCIO**	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
1ª Vara	Rosenilda Marques da Silva	**134.851-5**	**1ºP/2016**	**4394/2015**	**-0-**
2ª Vara	Rosenilda Marques da Silva	**134.851-5**	**1ºP/2016**	**4394/2015**	**-0-**
SOUSA	**EXERCÍCIO**	**MATRÍCULA**	**PERÍODO**	**PROC. Nº**	**SUBSTITUTO**
1ª Vara	Terezinha de Jesus M. Ugulino Severo	107.062-2	1ºP/2017	4207/2016	**-0-**

Publique-se.
Cumpra-se.

Maria Madalena Abrantes Silva
Defensora Pública Geral do Estado